

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Liberal Class.: 25

Data 19/10/85 Pg.: _____

4468

Lucio Flavio Pinto

A "questão regional"

Os problemas da Amazônia não serão resolvidos sem que sejam solucionados os problemas nacionais. No entanto, não basta acertar a "questão nacional" para enquadrar, por decorrência automática, a "questão regional". Ela tem sua especificidade, uma natureza própria, que resulta da sua condição de colônia dentro de um país dependente, com uma integração econômica tão forte ao mercado nacional quanto ao internacional. Mesmo que o país conseguisse se enquadrar numa estrutura socialmente mais justa, economicamente mais racional e equânime, para nós não estaria afastado o risco de não conseguirmos estabelecer paridade nas nossas relações de troca, no produto de nossa atividade.

Em 1964 a Amazônia contribuía com 2,2% para a formação da renda nacional. Hoje sua participação está em 1,5%. A renda "per capita" regional é 70% da média nacional. A parcela amazônica na balança comercial é de 2%. São números impressionantes. Só uma obtusa retórica política há de ignorar que os governos militares investiram bastante na região, mas os efeitos multiplicadores desses investimentos agiram mais fora da Amazônia do que dentro dela.

Os gastos em infraestrutura, especialmente a partir do Polamazônia, foram orientados espacialmente para reduzir o gasto de capital dos grandes empreendimentos econômicos (privados, mistos ou estatais), gerando um benefício social apenas marginal. Ao redor desses grandes projetos existe uma base física apreciável (excelentes portos, vilas residenciais, lazer, etc.), mas um pouco além formaram-se quistos de miséria que se multiplicam como pirilampos atraídos pela luz mas esbarrando na proteção de vidro da lâmpada. A necessidade de suplementar de capital básico empreendimentos gigantescos levou o Estado à inanição.

Assim, ao contrário do que

apregoam os profetas da anti-estatização, a participação do Estado na economia brasileira serviu de suporte para todo o processo produtivo, instrumento de injeção de riqueza no combalido organismo nacional. Uma análise quantitativa desse fenômeno ficará para outra oportunidade, mas desde logo é bom ficar atento para a aproximação do ponto de exaustão do Estado, já incapaz de manter as taxas de crescimento dos serviços industriais de utilidade pública, o que está conduzindo a um colapso desses serviços.

Além das obras públicas se orientarem pela complementariedade aos empreendimentos privilegiados pela ótica da política de desenvolvimento imposto à Amazônia, os canais de drenagem do dinheiro aqui aplicado têm funcionado como bombas de sucção. Algumas delas agem explicitamente, como a rede bancária, toda ela, à exceção do Banco da Amazônia e, evidentemente, dos bancos estaduais, deficitárias na contabilidade de depósitos e aplicações. Outras sangrias só são perceptíveis depois de uma observação mais atenta, como o crédito oficial, especialmente no setor rural (por conta de enorme diferença de preços entre o hectare na Amazônia e em outras regiões). Ou realmente esses vazamentos são completamente invisíveis, porque ilegais, como as fraudes na aplicação dos incentivos fiscais, em parte por causa da taxa de corretagem cobrada (perda de 80 a 100 bilhões de cruzeiros por ano, segundo cálculo do advogado Aldebaro Klautau Filho, um especialista no assunto), ou devido a figura do "projeto próprio", que permite ao aplicador do incentivo manipular, em caixa única e através de caixa dois, os fluxos de ingresso de saída do dinheiro.

Contra todas essas distorções, os amazônidas têm reivindicado sistematicamente (mas com quase nenhum sucesso) corretivos parciais. É a tentativa de tapar buracos de uma

canoa furada inaugurando outros buracos, às vezes maiores. Tantas distorções existem e se alimentam de um fato: somos colônia e é nessa condição que oferecemos atrativos para os que vêm de fora.

Muitos dos interpretadores da Amazônia, inclusive — ou sobretudo — os opositores do "modelo" nacional, acham que falar de colonialismo, neo-colonialismo ou quetas é praticar um debate superado, sem sentido. Entendem que o motor da história é a luta de classes. Ela resolvida, estará resolvido o problema regional: aqui ou em São Paulo, a oposição fundamental seria entre o capital e o trabalho. Nesse prisma, a questão regional seria até um ópio do povo, para usar jargão ao agrado desses intelectuais. Destacá-la, levaria a colocar num mesmo barco patrões e empregados, capitalistas e assalariados, fazendo estes esquecerem a incompatibilidade histórica absoluta (uma contradição em termos, mas sempre usada) com aqueles.

O "avanço do capitalismo" na Amazônia eliminaria todas as formas primitivas de existência, nivelando — no campo e na cidade — as relações sociais na fronteira e na retaguarda do processo de expansão, esta a matriz. Para que, então, falar em "questão regional", se o capitalismo recria tudo à sua imagem e semelhança? A modernização é a pedra de toque desse tipo de pensamento, baseado numa combinação de marxismo enrijecido com positivismo que leva a crer na história como uma trilha linear: para permitir a superação de um sistema, nada melhor do que apoiá-lo até que ele atinja sua maturidade, chegando à sua fase superior e depois entrando em decadência, por suas próprias contradições internas. O novo estaria embrionário dentro do velho. Nessa ótica, como coisa velha ou primitiva, estaríamos condenados à morte, ou, dito com mais civilidade, à superação. Não é destino que alguém queira para si.